Relatório de Gestão
2013 • 2014

DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO TOCANTINS

DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO TOCANTINS

CORREGEDORIA
GERAL

ESTRUTURA DA CORREGEDORIA GERAL

Corregedora-Geral
Estellamaris Postal

Chefia de Gabinete da Corregedora-Geral
Débora Cristina Ferreira

Assessoria Técnica de Gabinete
Ana Raquel Martins Cabral Moraes
Michelle Alves Cavalcante de Castro Marinho

Assessoria Jurídica
Aline Martins Coelho
Danilo Wendel Macedo de Oliveira
Lucimara Andréia Moreira Raddatz
Sinvaldo Conceição Neves

Secretaria de Estágio Probatório
Alessandra Santos Santana

Secretaria de Relatórios e Estatísticas
Carlos Tavares Nonato
Diego Bangoim Dias da Costa
Maria Lúcia dos Santos

Secretaria de Registros, Controles e Cadastros
Ângela Maria Soares
Aparecida de Fátima Chaves Coelho

Motorista de Representação
Agripino Pereira Lacerda

Índice

Palavra da Corregedora Geral 4

Apresentação geral 6

Ações da Corregedoria Geral 8

Tecnologia da informação 8

Estágio probatório 8

Estatística 11

Correições e inspeções / 18 defensorias visitadas 11

Como foi feita a pesquisa 12

Como foram organizados os resultados: 13

Perfil dos entrevistados
entrevistas em locais de maior fluxo 14

Perfil dos entrevistados (continuação)
entrevistas por telefone e na própria defensoria 15

Percepção sobre a justiça 16

Entrevistas com assistidos por telefone 17

Avaliação 18

Conhecimento sobre a Corregedoria Geral 20

Atividades correicionais 21

Envolvimento/comprometimento/presença/da Corregedoria Geral
em eventos nacionais 23

Capacitação dos servidores da Corregedoria Geral 24

Curso preparatório 24

Autuações de processos 25

Infraestrutura 25

Reforço para equipe correicional 26

Palavra da Corregedora Geral

Ao assumir a Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, em abril de 2012, estava ciente da grande responsabilidade que me foi delegada, visto que estava recebendo o encargo de desenvolver um papel sistêmico no cumprimento da missão Institucional.

Dentre as metas entabuladas a esta gestão, procurei estabelecer como principal função deste Órgão a orientação aos membros e servidores e a aproximação dos assistidos à Instituição.

O quadro institucional recebia, então, seus primeiros servidores concursados e um aumento significativo de seus membros.

Nunca tivemos a pretensão de ser uma fábrica de sindicâncias ou processos disciplinares, mas, por óbvio, as que se fizeram necessárias foram instauradas e processadas, sendo que cada decisão tomada por esta Corregedoria Geral foi primada no senso de responsabilidade institucional, colocado acima de qualquer outra razão ou interesse. Saliento, que o ponto de equilíbrio entre o orientar e o punir foram perseguidos por esta Corregedoria Geral no intuito de obtermos uma melhor prestação dos serviços em prol da assistência jurídica integral e gratuita aos cidadãos hipossuficientes, em atendimento à atribuição de

aprimoramento institucional prevista em nossa legislação orgânica.

O que realizamos foi o início de uma nova visão da Corregedoria Geral com intuito de a mesma ser vista primordialmente como um Órgão de Administração Superior com objetivo de aperfeiçoamento do papel institucional.

À nova gestão, será necessária a continuidade deste processo de fortalecimento, mas é preciso também dotar a Corregedoria Geral de plenas condições operacionais, materiais e de pessoal, necessárias às atividades que lhe reclama a Defensoria Pública do Tocantins. Procurei manter a equipe coesa para dar continuidade à execução dos trabalhos, primando pela propositura de soluções capazes de fazer frente às dificuldades das estruturas disponíveis.

O apoio dos membros e servidores que entenderam e se engajaram para que fosse possível a realização dos trabalhos, foi indispensável no tocante as formações de comissões, na disponibilidade durante as correições e inspeções, bem como das explicações prestadas que muitas vezes sanaram dúvidas dos assistidos que buscaram este Órgão.

Imprescindível destacar o desprendimento e parceria da Corregedora Geral substituta Dra. Maria de Lourdes Vilela que se colocou inteiramente à disposição em todos os momentos desta Gestão, quando se fizeram necessárias as substituições, dando continuidade ao nosso modo de pensar e executar as funções.

Outro ponto salutar, foram as colaborações externas de todas as autoridades, primordialmente membros do Tribunal de Justiça, Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público e Poderes Executivo e Legislativos municipais, bem como a comunidade em geral que se fizeram presentes durante os trabalhos correicionais, seja na forma de sugestões, entrevistas, reclamações ou elogios recebidos, todos eles igualmente nos auxiliaram para a otimização dos resultados.

Hoje, temos uma Corregedoria Geral mais madura, participativa e efetiva, que almeja cada vez mais o respeito e a valorização da Instituição, membros, servidores e do assistido.

Muito obrigada a todos que depositaram em nós confiança e agora fazem parte dessa equipe vitoriosa. Devemos sim nos orgulhar, pois temos uma Corregedoria Geral fortalecida.

Indico ao leitor deste documento que o perceba como um reconhecimento de desafios que ainda devem ser vencidos, bem como do empenho desta equipe no desenvolvimento do pleno cumprimento da missão Correcional.

Estellamaris Postal
Corregedora Geral

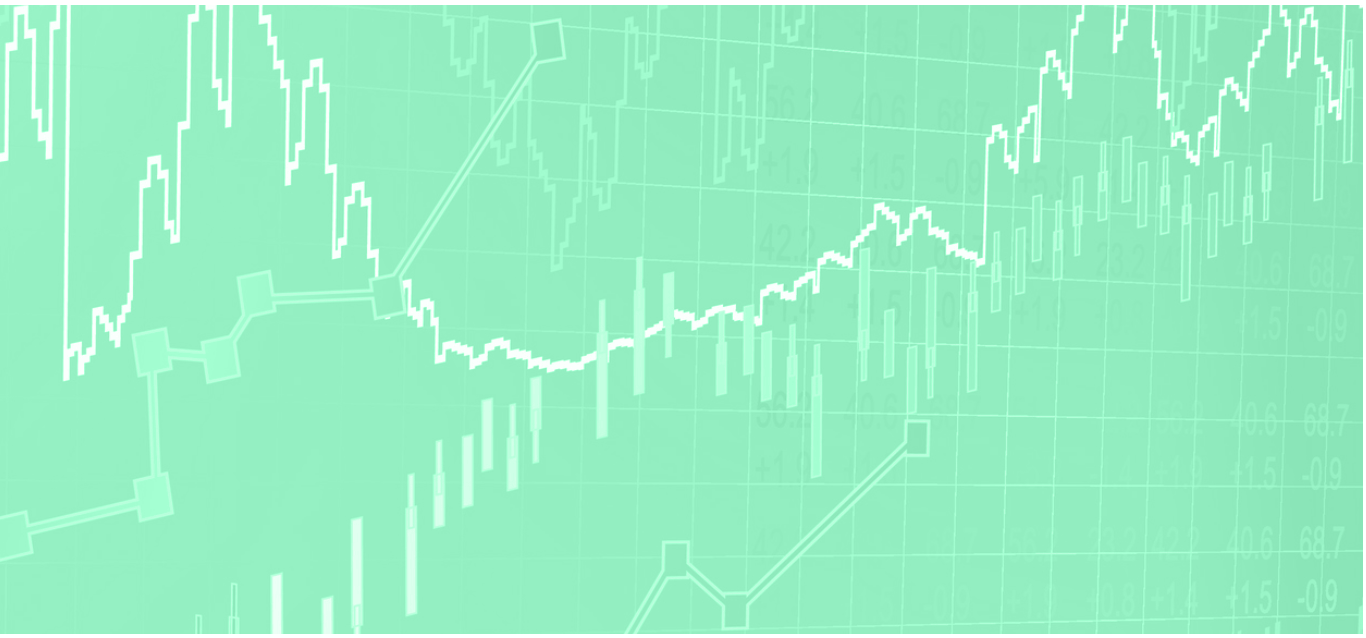
Apresentação Geral

O presente relatório de gestão tem por objetivo, informar e divulgar, interna e externamente, os dados referentes às atividades realizadas pela Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, no biênio 2013/2014, com fundamento essencial no princípio da publicidade e da transparência que regem a administração pública.

A Corregedoria Geral é exercida pelo Corregedor-Geral indicado dentre os integrantes da classe mais elevada da carreira, nos termos do art. 10, da Lei Complementar nº 55, de 27 de maio de 2009. O Corregedor Geral é membro nato do Conselho Superior da Defensoria Pública, conforme artigo 7º, I, c, da LCE nº 55/2009.

Importante aludir que a proposta da Corregedoria Geral é de ser um elo entre a população e a Defensoria Pública para legitimar ações e estabelecer a participação democrática na construção e no aperfeiçoamento institucional, como Órgão da Administração Superior, encarregado da orientação e fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos membros e dos servidores da instituição, visando sempre à qualidade do atendimento à população que necessita dos serviços prestados, com foco na missão institucional, conforme disposto na Lei Complementar Estadual nº 55/2009, a qual dispõe sobre a Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

Assim, o intuito maior deste Órgão é, antes de tudo, desenvolver atividades de cunho pedagógico e de orientação da conduta funcional dos membros e servidores da Defensoria Pública do Estado do Tocantins no cotidiano das suas atribuições, sejam por meio de recomendações, normatização, inspeções e correições ordinárias e extraordinárias, como será demonstrado no presente relatório.



Ademais, as atividades de inspeção e correição desenvolvidas pela Corregedoria Geral, também buscam apurar as responsabilidades administrativas dos Defensores Públicos e Servidores do Quadro Auxiliar. A Corregedoria Geral é ainda responsável pela apuração de faltas disciplinares dos Membros, dos Estagiários e dos Servidores da Defensoria Pública, atuando diretamente ou por meio de Comissão Processante. Para tanto, é possível a instauração de Procedimentos Administrativos.

Sendo ainda que são recebidas reclamações, do público interno ou externo, pessoalmente ou através de e-mail institucional quanto à violação de deveres funcionais, bem como consultas de Defensores Públicos e Servidores.

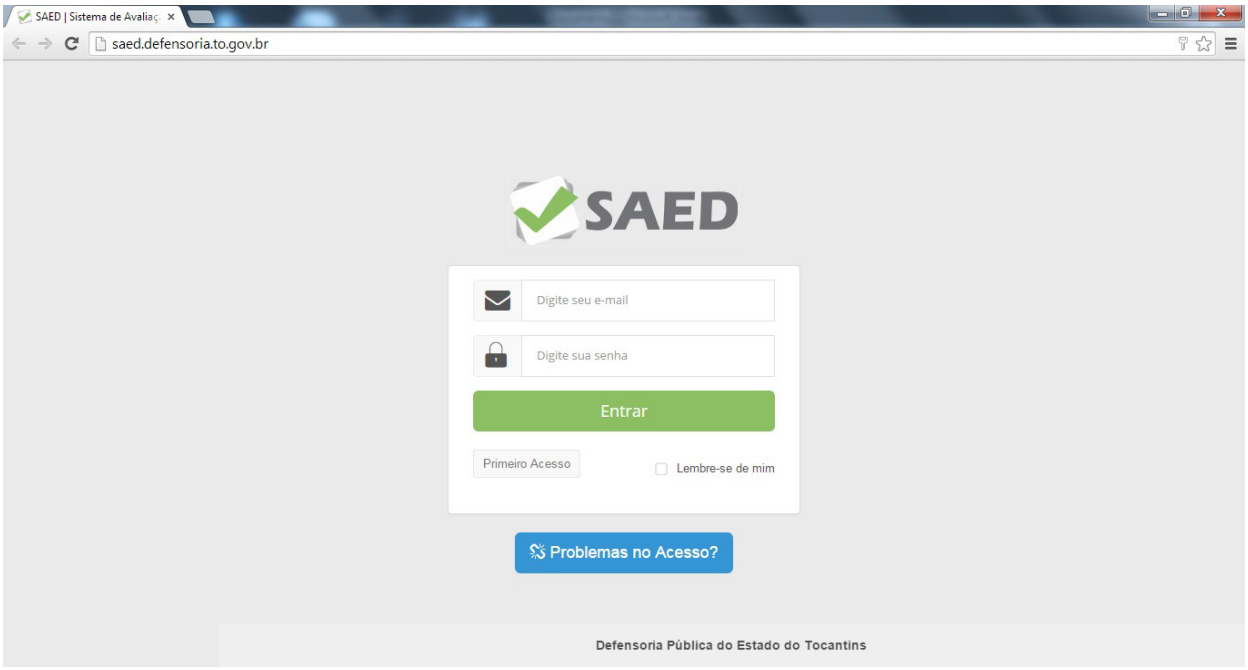
Por outro lado, a atuação fundamental da Corregedoria Geral é o reconhecimento das boas práticas executadas durante o acompanhamento das atividades realizadas, para padronização dos atendimentos.

Outra atribuição da Corregedoria Geral é a avaliação do desempenho dos Defensores Públicos e Servidores do Quadro Auxiliar em período de estágio probatório, com a utilização de meio informatizado ou ainda convencional, também interessante mencionar o levantamento dos dados estatísticos acerca das atividades desenvolvidas pelos Defensores Públicos, que são disponibilizados no site institucional e de forma compilada no presente relatório.

Desse modo, é de assaz importância apresentar as atribuições incumbidas a Corregedoria Geral a fim de esclarecer e consolidar o trabalho correcional dentro da Instituição. Adiante, serão apresentadas as principais mudanças implantadas nesta gestão, bem como sugestões de projetos para o aperfeiçoamento da Corregedoria Geral do Estado do Tocantins.

Ações da Corregedoria Geral

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



Estágio Probatório

Nos termos da Lei Complementar nº 55/2009, compete a Corregedoria Geral acompanhar a realização do estágio probatório dos Defensores Públicos e dos Servidores do Quadro Auxiliar da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

Portanto, a Corregedoria Geral possui também o papel de gerenciador das informações encaminhadas pelas Unidades da Defensoria Pública e por outros órgãos em caso de servidor cedido.

O tema estágio probatório dos servidores está previsto na Lei nº 1.818, de 23/08/2007 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Tocantins), nas Resoluções do Conselho Superior da Defensoria Pública n° 102, de 04/10/2013 e nº 115, de 26/09/2014, bem como nos Atos da Corregedoria Geral nº 03, de 18/11/2013 e nº 01, 14/11/2014. (Todos disponibilizados no sítio institucional da Corregedoria Geral).

Com foco na agilidade e economicidade da Avaliação Especial de Desempenho - AED, a Corregedoria Geral em conjunto com a Diretoria de Tecnologia da Informação desenvolveram um Módulo de Avaliação do Estágio Probatório vinculado ao Sistema Integrado da Corregedoria Geral - SICOR, sendo este o primeiro sistema informatizado de avaliação do estágio probatório utilizado em uma instituição pública do Estado.

No mês de novembro de 2014 foi implantado um novo sistema do estágio probatório, denominado Sistema de Avaliação Especial de Desempenho – SAED com o intuito de trazer mais agilidade e agregar uma linguagem mais clara e didática para todos os usuários. A proposta foi a criação de um sistema com um ambiente mais simples, com gráfico de acompanhamento, com mais informações e transparência no processo e o avaliador poderá acompanhar em tempo real a somatória dos pontos aplicados. A Corregedoria Geral ouviu durante as Correições muitos membros e servidores objetivando colher o maior número de informações possíveis, bem como da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho - CAED, no sentido de se desenvolver uma nova ferramenta que pudesse atender todos os interessados no processo.

A referida Comissão alega que o novo Sistema veio para agregar todo o procedimento do estágio probatório, pois o referido Sistema é mais prático e muito dinâmico, contribuindo significativamente no gerenciamento e nos demais trabalhos realizados pela CAED.

Desde o início das avaliações em novembro de 2013, até hoje, ou seja, um ano depois, foram contabilizadas 1.008 avaliações realizadas no SICOR e mais 146 pelo SAED, perfazendo 1.154 avaliações realizadas em um ano na Instituição, as quais foram gerenciadas pela Corregedoria Geral por meio da Comissão designada desde outubro de 2013.

A Corregedoria Geral também estuda a possibilidade de desenvolver em conjunto com a Diretoria da Tecnologia da Informação um sistema de estágio probatório para os Defensores Públicos, pois atualmente todo procedimento é realizado via email e manualmente o que dificulta os trabalhos da Corregedoria Geral e que é óbvio acaba também demandando muito mais tempo no processo de aferição.

Na página a seguir será ilustrada a história de construção do Estágio Probatório dos Servidores do Quadro Auxiliar da Defensoria Pública.

AGORA

2014NOV

Nesse mês as avaliações foram efetuadas no novo sistema do estágio probatório, denominado Sistema de Avaliação Especial de Desempenho – SAED, é um sistema didático e moderno. Foram realizadas na Defensoria Pública no prazo de um ano o total 1.154 avaliações.

2014MAI

Todas as avaliações foram ajustadas no cronograma e estão de acordo com os prazos legais, não estando mais atrasadas por motivo na demora de regulamentação.
Início da criação de um novo sistema do estágio probatório com o intuito de atender as demandas dos usuários do SICOR – módulo estágio probatório.

2013NOV

Realizações das primeiras avaliações, no sistema SICOR, dos servidores que ingressaram na Instituição nos meses de novembro e dezembro de 2012, foram executadas, em tempo recorde, 298 avaliações num prazo de 28 dias.

2013OUT

Publicação da Resolução-CSDP nº 102, de 04/10/2013, a qual dispõe sobre o estágio probatório dos servidores nomeados para cargos de provimento efetivo da Defensoria Pública do Estado do Tocantins e dá outras providências.
Designação pela Corregedoria Geral de uma Comissão de Avaliação Especial de Desempenho, conforme Portaria nº 027, de 11/10/2013.
Criação de um módulo de estágio probatório vinculado ao Sistema Integrado da Corregedoria Geral - SICOR para informatizar as avaliações e gerenciá-las com auxilio da Comissão.

Gráfico continua na próxima página ▶▶

2013MAR

Criação de uma minuta de Resolução pela Corregedoria Geral concernente ao estágio probatório dos servidores para análise e regulamentação pelo Conselho Superior da Defensoria Pública.

2012NOV

Nomeação de alguns cargos de candidatos aprovados no concurso público de servidores auxiliares da Defensoria Pública/TO.

2012JUN

Início de um protótipo de sistema do estágio probatório para servidores efetivos da Instituição.

2012MAI

Início das discussões sobre a criação de um sistema para informatizar o estágio probatório dos servidores da Defensoria Pública

2012

O Sistema SICOR (Sistema Integrado da Corregedoria Geral) foi reestruturado para facilitar o acesso. Assim, foram adicionadas novas ferramentas, dentre as quais interessante mencionar, o desenvolvido de módulo de alerta automático via e-mails, área para a inserção digital de dossiê físico dos Defensores Públicos, disponibilização de consulta pública de documentos internos, acompanhamento da localização dos Membros da Defensoria Pública, disponibilização virtual do calendário de férias, e ainda a possibilidade de inserção direta de documentos no assentamento funcional dos Defensores Públicos possibilitado pela a implantação do SEGAB integrado ao SICOR.

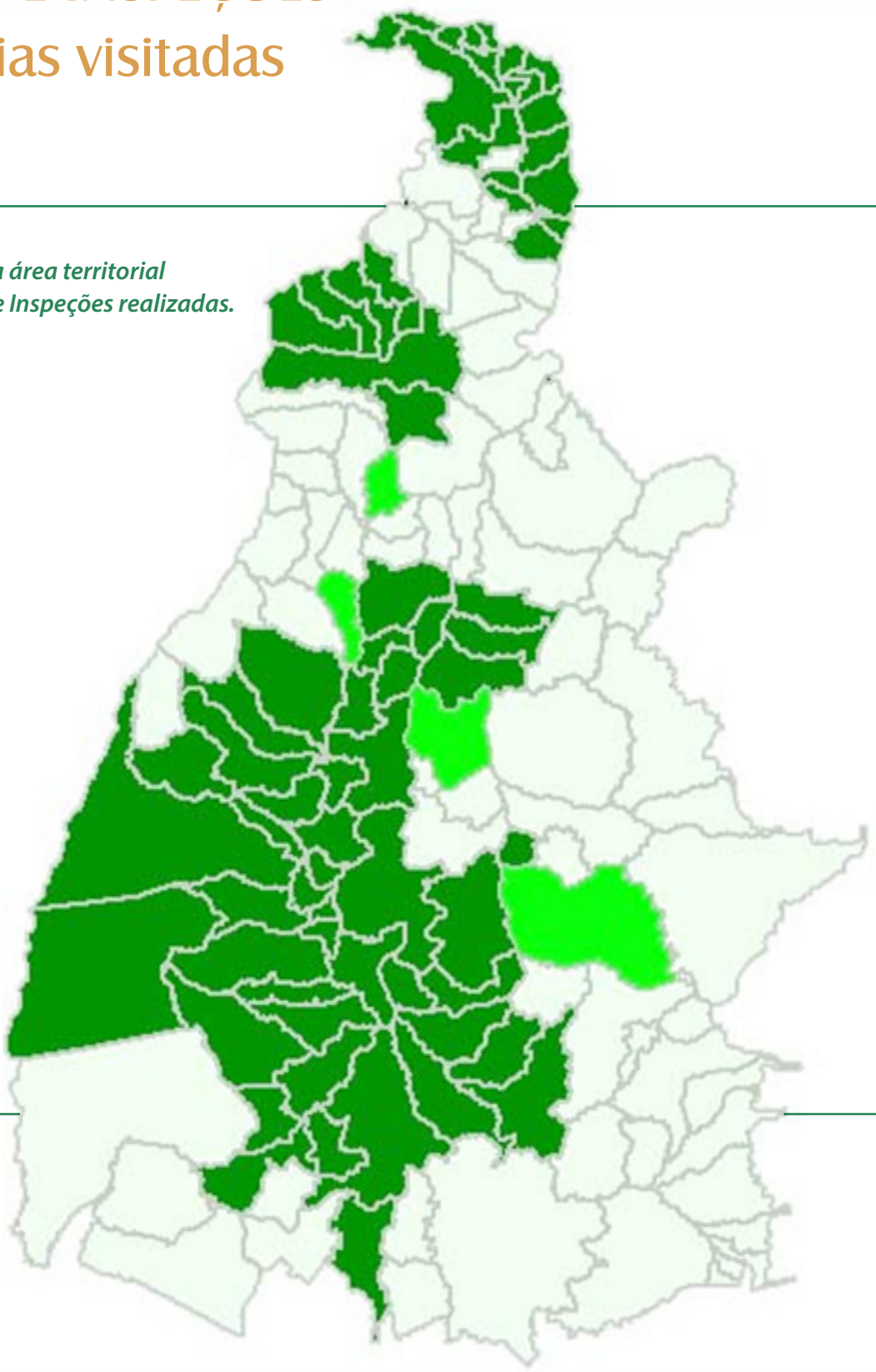
Estatística

CORREIÇÕES E INSPEÇÕES

18 Defensorias visitadas

52 Distritos

Mapa com detalhamento da área territorial abrangida pelas Correições e Inspeções realizadas.



Correicionadas
Inspecionadas
Demais Municípios

01. Paraíso do Tocantins
02. Guaraí
03. Tocantinópolis
04. Itaguatins
05. Araguatins
06. Augustinópolis
07. Axixá do Tocantins
08. Cristalândia
09. Pium
10. Natividade
11. Pedro Afonso
12. Figueirópolis
13. Peixe
14. Miracema do Tocantins
15. Miranorte
16. Gurupi
17. Porto Nacional
18. Araguaína

COMO FOI FEITA A PESQUISA

Esta pesquisa, foi coordenada e supervisionada pelo setor de estatística da Corregedoria Geral, sendo realizada nos municípios correicionados, conforme solicitação da Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

O objetivo principal deste projeto foi avaliar a percepção dos assistidos sobre os serviços oferecidos pela Defensoria Pública, bem como conhecer a opinião dos cidadãos dos municípios visitados sobre o acesso à justiça.

A pesquisa entrevistou 1.377 pessoas entre elas assistidos(as) da Defensoria Pública e também cidadãos encontrados em pontos de maior fluxo dos municípios.

As 1.377 entrevistas foram distribuídas obedecendo a divisão dos Núcleos Regionais da Defensoria Pública do Estado (NRDPE). Oito dos dez Núcleos Regionais da Defensoria Pública foram contemplados na pesquisa e são eles: (Araguaína 18); (Araguatins 05+06 +07); (Guaraí 02+11); (Gurupi 12+13+16); (Palmas parte 14+15); (Paraíso do Tocantins 01+ 08+09); (Porto Nacional 17+10) e (Tocantinópolis 03+04), conforme tabela abaixo.

A distribuição das amostras nas Regiões agrupadas foi feita proporcionalmente às populações de cada localidade visitada. Neste relatório apresentaremos apenas os resultados globais. Os resultados por Regiões foram entregues separadamente, em relatórios para cada Regional.

Todos os dados foram tabulados e analisados pelo Setor de Estatística da Corregedoria Geral que se responsabiliza totalmente pela sua consistência.

18 Defensorias

2013
01. Paraíso do Tocantins
02. Guaraí

2014
03. Tocantinópolis
04. Itaguatins
05. Araguatins
06. Augustinópolis
07. Axixá do Tocantins
08. Cristalândia
09. Pium
10. Natividade
11. Pedro Afonso
12. Figueirópolis
13. Peixe
14. Miracema do Tocantins
15. Miranorte
16. Gurupi
17. Porto Nacional
18. Araguaína

8 Núcleos Regionais

Araguaína
Araguatins
Guaraí
Gurupi
Palmas parte
Paraíso do Tocantins
Porto Nacional
Tocantinópolis

COMO FORAM ORGANIZADOS OS RESULTADOS:

PERFIL

1.1 Sexo

1.2 Idade

1.3 Grau de instrução

2. RESPOSTAS (Entrevistas com a população)

Q.2.1. Vou mencionar algumas coisas que as pessoas esperam encontrar na justiça e gostaria que o (a) senhor (a) disse como a justiça de [nome município] está em cada uma delas:

Q.2.2. Acesso à Justiça x Região:

Q.2.3. Rapidez na decisão dos casos x Região:

Q.2.4. Se o (a) senhor(a) precisasse de um advogado e não tivesse recursos para pagar, a qual das instituições que vou mencionar abaixo o senhor recorreria?

Q.2.5. O (a) senhor (a) já teve ou tem algum caso tramitando na justiça?

3. RESPOSTAS (Entrevistas por telefone com assistidos)

Q.3.1. Como ficou sabendo sobre os serviços oferecidos pela Defensoria Publica?

Q.3.2. Como soube dos serviços x Região:

Q.3.4. Como o (a) senhor (a) avalia o atendimento que recebeu na Defensoria Pública?

Q.3. 5. Como o avalia o atendimento x Região:

Q.3.6. De zero a dez, que nota o (a) senhor(a) daria para a Defensoria Pública de sua localidade?

Q.3.7. Seu problema foi solucionado?

Q.3.7.1. Se não foi solucionado, porque?

Q.3.8. Você sabe o que faz a Corregedoria Geral da Defensoria Pública?

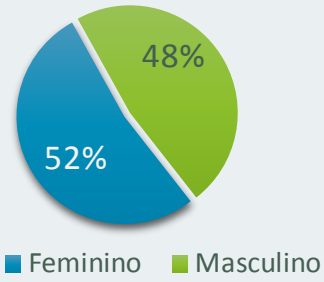
Q.3.8.1. Conhecimento sobre a Corregedoria Geral x Região:

Perfil dos entrevistados

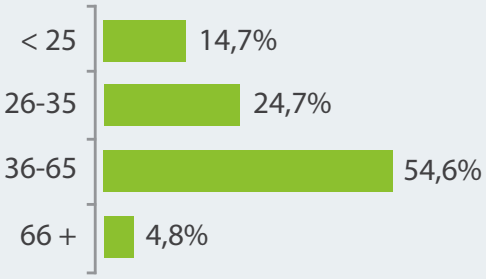
Entrevistas em locais de maior fluxo

N: 579

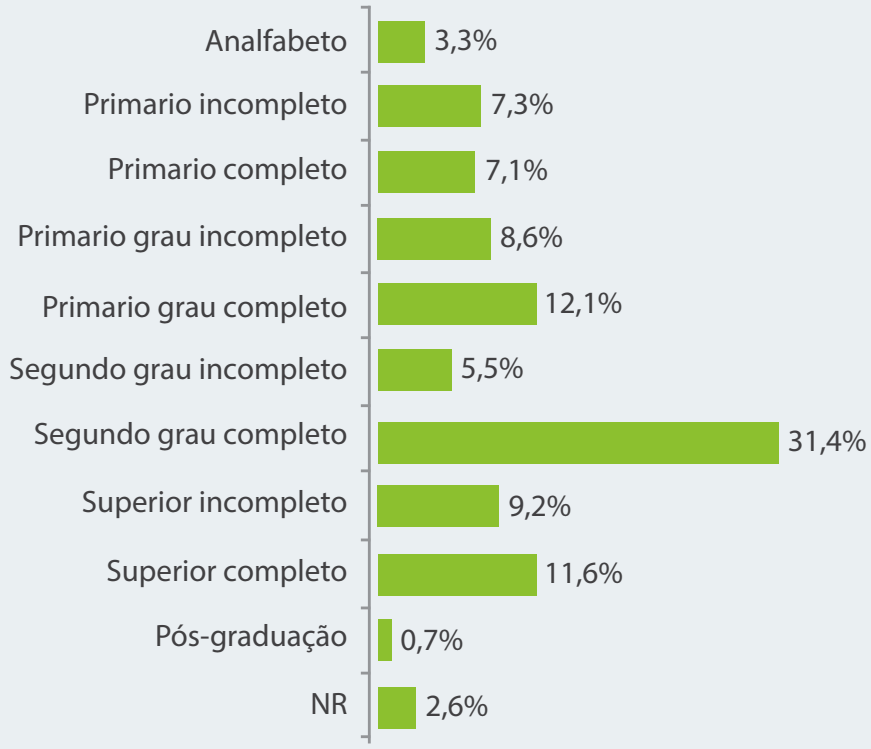
Sexo (%)



Idade (%)



Grau de Instrução (%)

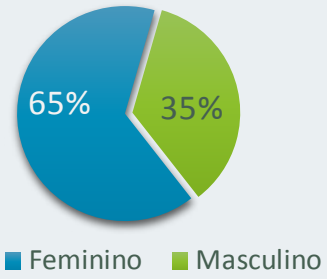


Perfil dos entrevistados (continuação)

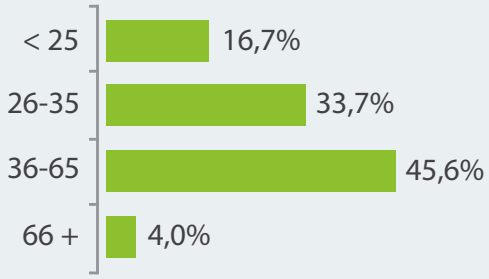
Entrevistas por telefone e na própria Defensoria

N: 798

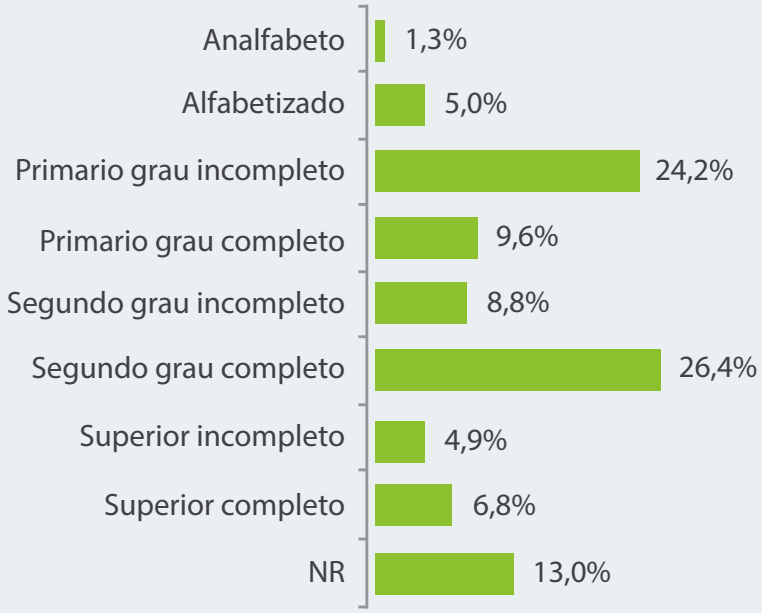
Sexo (%)



Idade (%)



Grau de Instrução (%)

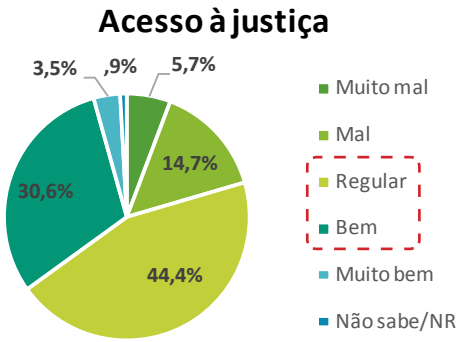


Percepção sobre a justiça

Q.2.1 - Vou mencionar algumas coisas que as pessoas esperam encontrar na justiça e gostaria que o (a) senhor (a) dissesse como a justiça de sua localidade está em cada uma delas:

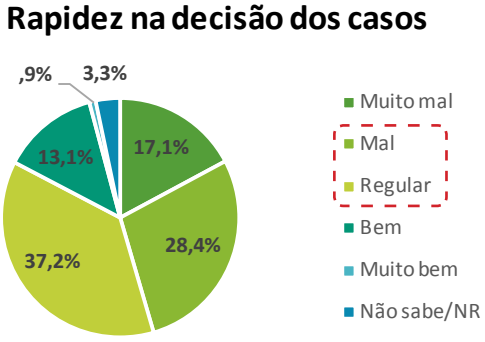
Q2.2. Acesso à Justiça	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	6 (%)	7 (%)	8 (%)	Global
Muito mal	0,0%	3,3%	0,0%	6,3%	4,5%	10,3%	12,9%	0,0%	5,7%
Mal	10,9%	20,0%	17,9%	9,4%	13,5%	10,3%	29,0%	1,7%	14,7%
Regular	45,7%	43,3%	35,7%	44,8%	46,1%	61,5%	44,1%	23,7%	44,4%
Bem	34,8%	27,8%	35,7%	37,5%	29,2%	14,1%	11,8%	71,2%	30,6%
Muito bem	2,2%	4,4%	10,7%	2,1%	4,5%	2,6%	2,2%	3,4%	3,5%
Não sabe/NR	6,5%	1,1%	0,0%	0,0%	1,1%	0,0%	0,0%	0,0%	,9%
Total	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

Núcleos regionais
1-Tocantinópolis
2-Araguatins
3-Paraíso do Tocantins
4-Porto Nacional
5-Guaraí
6-Gurupi
7-Araguaína
8-Palmas parte

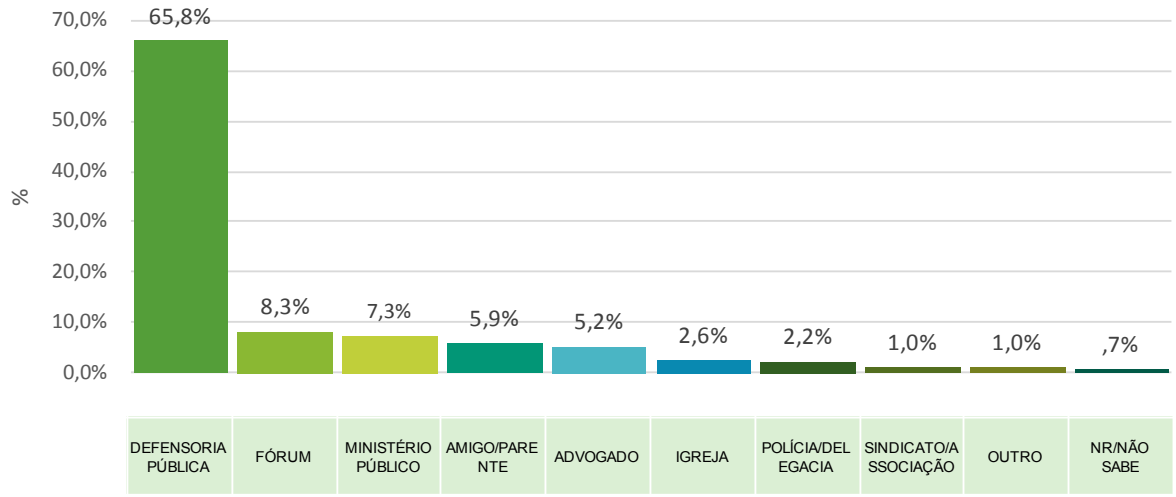


Q2.3. Rapidez na resolução dos casos	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	6 (%)	7 (%)	8 (%)	Global
Muito mal	8,7%	14,4%	7,1%	12,5%	18,2%	30,8%	23,7%	10,2%	17,1%
Mal	34,8%	38,9%	28,6%	25,0%	18,2%	29,5%	38,7%	10,2%	28,4%
Regular	32,6%	32,2%	32,1%	40,6%	47,7%	32,1%	29,0%	49,2%	37,2%
Bem	17,4%	13,3%	28,6%	16,7%	10,2%	7,7%	7,5%	16,9%	13,1%
Muito bem	0,0%	0,0%	3,6%	1,0%	1,1%	0,0%	1,1%	1,7%	,9%
Não sabe/NR	6,5%	1,1%	0,0%	4,2%	4,5%	0,0%	0,0%	11,9%	3,3%
Total	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

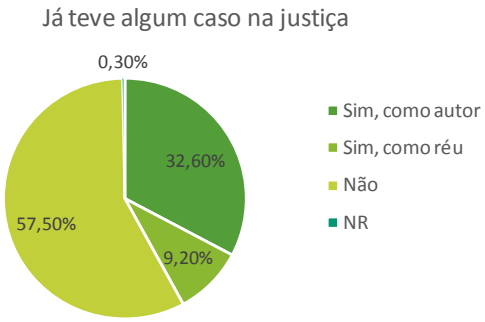
Núcleos regionais
1-Tocantinópolis
2-Araguatins
3-Paraíso
4-Porto Nacional
5-Guaraí
6-Gurupi
7-Araguaína
8-Palmas



Q.2.4 - Se o (a) senhor(a) precisasse de um advogado e não tivesse recursos para pagar, a qual das instituições que vou mencionar abaixo o senhor recorreria? (%)



Q.2.5 .O (a) senhor (a) já teve ou tem algum caso tramitando na justiça?



Entrevistas com assistidos por telefone

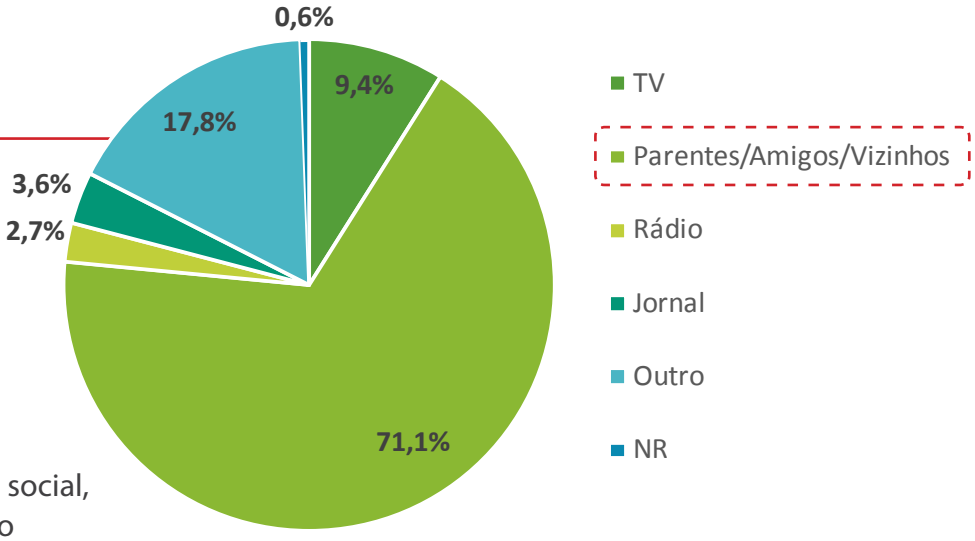
Q.3.1 - Como ficou sabendo sobre os serviços oferecidos pela Defensoria Publica?

Q3.2. Como soube dos serviços	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	6 (%)	7 (%)	8 (%)	Global
TV	10,3%	6,8%	7,4%	8,9%	2,6%	10,4%	15,2%	12,1%	9,4%
Parentes/Amigos/Vizinhos	59,0%	64,4%	64,7%	75,9%	67,9%	74,5%	82,8%	62,1%	71,1%
Rádio	,0%	8,5%	,0%	,0%	3,8%	1,9%	3,0%	6,9%	2,7%
Jornal	12,8%	5,1%	1,5%	4,5%	2,6%	,9%	2,0%	5,2%	3,6%
Outro	20,5%	20,3%	26,5%	19,6%	24,4%	17,0%	3,0%	17,2%	17,8%
NR	,0%	1,7%	,0%	,0%	2,6%	,9%	,0%	,0%	,6%

Respostas Múltiplas

Núcleos regionais
1-Tocantinópolis
2-Araguatins
3-Paraíso do Tocantins
4-Porto Nacional
5-Guaraí
6-Gurupi
7-Araguaína
8-Palmas parte

Q.3.3 Como soube dos serviços?



OUTROS: Fórum, Cartório, Assistente social, Delegacia, Conselho tutelar, Prefeitura, Procon, Procuradoria, Convocação

Entrevistados por telefone (%)

Respostas Múltiplas

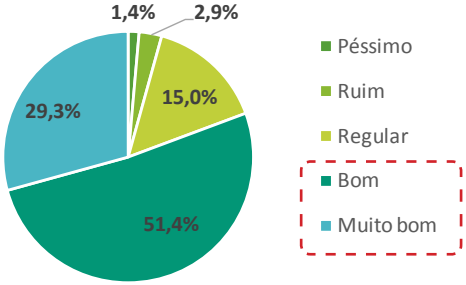
Avaliação

Q.3.3 – Como você avalia o atendimento que recebeu na Defensoria Pública?
Entrevistados por telefone (%)

Q3.4. Como avalia o atendimento	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	6 (%)	7 (%)	8 (%)	Global
Péssimo	0,0%	3,4%	1,5%	2,7%	0,0%	0,9%	1,0%	1,7%	1,4%
Ruim	0,0%	3,4%	2,9%	1,8%	1,3%	5,5%	5,0%	0,0%	2,9%
Regular	17,9%	16,9%	10,3%	19,5%	11,5%	16,4%	12,0%	15,5%	15,0%
Bom	53,8%	47,5%	48,5%	46,9%	78,2%	42,7%	52,0%	44,8%	51,4%
Muito bom	28,2%	28,8%	36,8%	29,2%	9,0%	34,5%	30,0%	37,9%	29,3%
Total	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

Núcleos regionais
1-Tocantinópolis
2-Araguatins
3-Paraíso do Tocantins
4-Porto Nacional
5-Guaraí
6-Gurupi
7-Araguaína
8-Palmas parte

Q.3.5 Como avalia o atendimento?

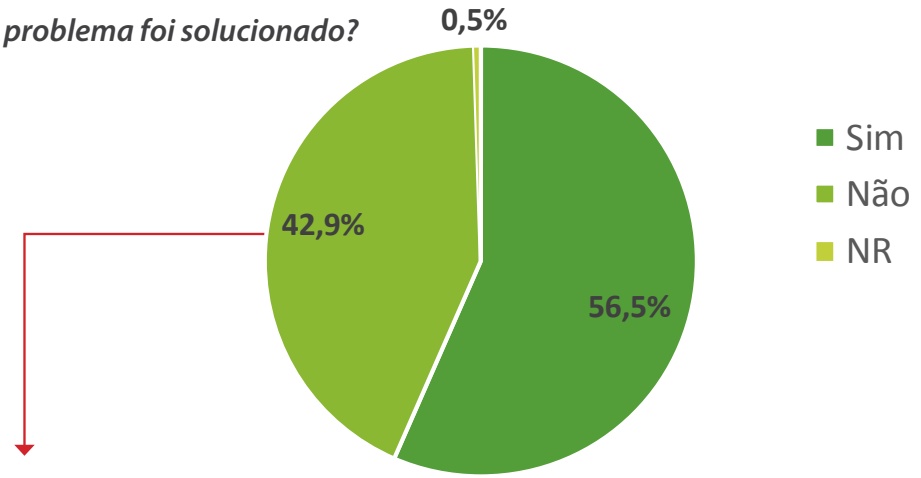


Q.3.6. - De zero a dez, que nota o (a) senhor(a) daria para a Defensoria Pública sua localidade

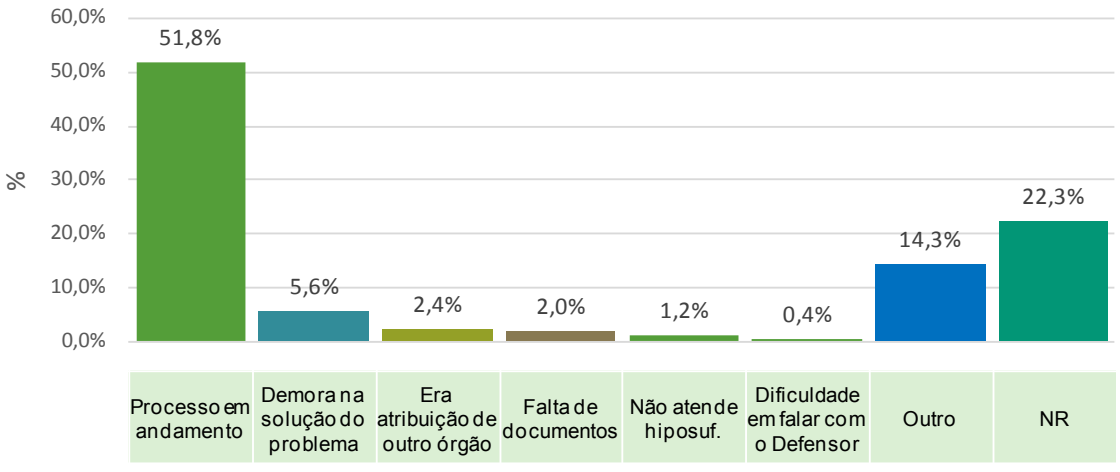
Q1.1. Nota de 0 a 10	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	6 (%)	7 (%)	8 (%)	Global
Média	9	8,5	8,9	8,4	9,1	8,8	8,8	8,4	8,7
Desvio	1,2	2,1	1,4	1,8	1,7	1,7	2	2	1,8

Núcleos regionais
1-Tocantinópolis
2-Araguatins
3-Paraíso do Tocantins
4-Porto Nacional
5-Guaraí
6-Gurupi
7-Araguaína
8-Palmas parte

Q.3.7. – Seu problema foi solucionado?
(RU - %)



Q.3.7.1. -Se não foi solucionado, porque?



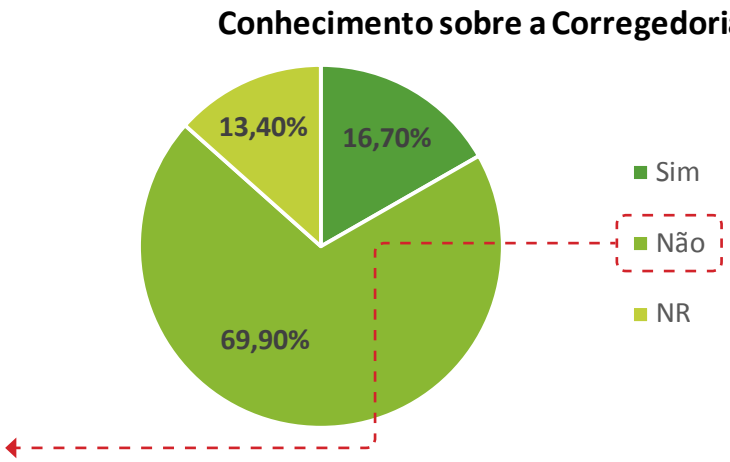
Respostas Múltiplas

Conhecimento sobre a Corregedoria Geral

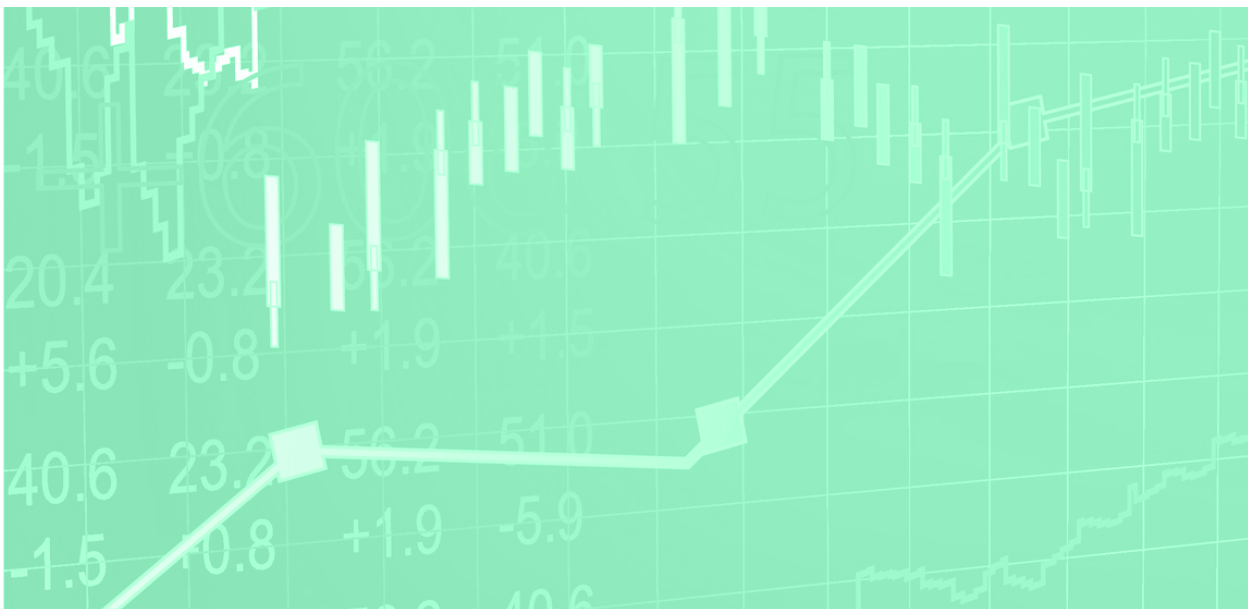
Q 3.8. Você sabe o que faz a Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado?
Entrevistados por telefone (%)

Q3.8.1. Como avalia o atendimento	1 (%)	2 (%)	3 (%)	4 (%)	5 (%)	6 (%)	7 (%)	8 (%)	Global
Sim	15,8%	10,5%	19,7%	20,0%	20,0%	15,9%	14,1%	15,8%	16,7%
Não	52,6%	63,2%	69,7%	65,7%	77,1%	73,8%	82,8%	57,9%	69,9%
NR	31,6%	26,3%	10,6%	14,3%	2,9%	10,3%	3,0%	26,3%	13,4%

Núcleos regionais
1-Tocantinópolis
2-Araguatins
3-Paraíso do Tocantins
4-Porto Nacional
5-Guaraí
6-Gurupi
7-Araguaína
8-Palmas parte



Necessário maior comunicação sobre as ações da Corregedoria Geral



Atividades Correicionais

Quanto as Correições Ordinárias, interessante pontuar a implantação da pesquisa com a população da localidade correicionada, bem como a entrevista por amostragem realizada através do telefone pelos servidores que permaneceram nas instalações da Corregedoria Geral durante a realização da correição.

Outra iniciativa adotada nesta gestão foi a realização de reunião, previamente agendada, com as autoridades da localidade correicionada, como o Coordenador do Ministério Público, Diretor do Fórum, Presidente da Subseção da OAB, e outros que manifestem o interesse em contribuir com a coleta de informações.

Em relação aos servidores do quadro auxiliar, durante as correições são realizadas entrevistas de forma particular, a fim de levantar informações sobre o desenvolvimento das atividades e da conduta dentro da Defensoria Pública, bem como nas Diretorias dos Núcleos Regionais, é reservado um momento próprio aos servidores, em que são explanados assuntos sobre a legislação institucional, estágio probatório, relacionamento interpessoal e ainda é apresentado um vídeo instrutivo sobre a Corregedoria Geral. Vale ressaltar, que é proporcionado um espaço para os servidores apresentarem suas dúvidas e sugestões.

ENVOLVIMENTO/COMPROMETIMENTO/ PRESENÇA/ DA CORREGEDORIA GERAL EM EVENTOS NACIONAIS

A Corregedora Geral Estellamaris Postal participou de vários eventos que tratavam sobre assuntos relevantes da Corregedoria Geral e da Defensoria Pública. As participações em eventos nacionais contribuem para a melhoria, crescimento e a visibilidade nacional da Instituição.

Capacitação dos Servidores da Corregedoria Geral

A Corregedoria Geral almeja também o aperfeiçoamento profissional dos servidores que colaboram no desempenho das atividades, desta forma, em abril de 2014, o Assistente de Defensoria Danilo Wendel Macedo de Oliveira participou de curso sobre Aspectos Práticos do Processo Administrativo Disciplinar, em Belo Horizonte – MG. Além de que nos dias 04 e 05 de fevereiro de 2015, será ministrado no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, em Palmas, Curso de Capacitação "Processo Administrativo Disciplinar no Âmbito Federal e Estadual da Defensoria Pública do Estado do Tocantins".

CURSO PREPARATÓRIO

Após a posse dos Defensores Públicos Substitutos a Corregedoria Geral ministra curso de preparação, com noções da legislação interna, estágio probatório, procedimento administrativo disciplinar, promoções, e outras disciplinas necessárias à compreensão dos princípios institucionais da Defensoria Pública (art. 21-A, da Lei Complementar nº 055/2009).

Autuações de Processos

Por fim, a Corregedoria Geral obteve em 2014 uma significativa queda das autuações de processos, de uma forma geral. Dessa maneira, evidenciando que a adoção prioritária de orientar e informar, inicialmente, como diretrizes fundamentais de atuação foram eficazes. Nesse contexto, insita apregoar que esta gestão dará continuidade aos trabalhos sempre de forma a preservar a base informativa.

AUTUAÇÕES	
2013	100
2014	48

Infraestrutura

Neste biênio, por iniciativa da Corregedora Geral Estellamaris Postal a infraestrutura da Corregedoria Geral encontra-se em novas instalações, oportunizando assim melhores condições de trabalho aos servidores e um ambiente apropriado para recepcionar os assistidos, Defensores Públicos, servidores e autoridades externas.

Em 2014, a Corregedoria Geral recebeu um veículo oficial, com a finalidade de contribuir durante os trabalhos correcionais realizados em todo o Estado.

REFORÇO PARA EQUIPE CORREICIONAL

O quadro auxiliar da Corregedoria Geral foi fortalecido com a chegada do Analista em Gestão Especializado – Estatística Carlos Tavares Nonato, visto que suas principais contribuições para este Órgão consistem no desenvolvimento de atividades de planejamento, coordenação, análise, e execução referentes a pesquisas e levantamentos de dados estatísticos das atividades dos Defensores Públicos e do trabalho institucional durante as correições.

E ainda foi designada a Analista em Gestão Especializado – Ciências Jurídicas Aline Martins Coelho para colaborar junto à Assessoria Jurídica e em outras atividades afins à sua área de atuação.

Outros servidores do quadro auxiliar também foram disponibilizados a Corregedoria Geral, quais sejam, os Assistentes de Defensoria Danilo Wendel Macedo de Oliveira e Michelle A. Cavalcante de Castro Marinho, estes proporcionam importante auxílio nas atividades desenvolvidas pelo Órgão.

CORREGEDORIA GERAL

DEFENSORIA PÚBLICA
ESTADO DO TOCANTINS
UM DIREITO SEU

@DefensoriaTO www.defensoria.to.gov.br